UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO

PLANO DE ENSINO

I – IDENTIFICAÇÃO	
Curso:	Bacharelado em Direito
Disciplina:	Direito Administrativo I

Ano Letivo:	2016
Semestre:	1º
Turno:	Diurno
Carga Horária:	60 h
Nome do Professor:	Me. José Caldeira Gemaque Neto

II – EMENTA

Direito Administrativo: origem, evolução, fundamentos, princípios, objeto e conceito. Administração Pública. Regime jurídico. Poderes. Serviço Público. Ato administrativo. Licitação. Contrato. Terceirização.

III – OBJETIVOS DA DISCIPLINA

Promover a compreensão do Direito Administrativo. Entender os princípios Fundamentais; estimular a capacidade de análise das bases teóricas desenvolvidas em Direito Administrativo, objetivando, a função administrativa e os institutos próprios do da Administração pública. Proporcionando ao aluno uma visão real de como a Administração Pública age; como interfere na sociedade em prol de seus interesses, determinado a suprir suas necessidades essenciais. Deste modo desenvolver ao acadêmico uma visão jurídica e sólida do estudo administrativo do Estado.

IV – METODOLOGIA DE ENSINO

Aula Expositiva, com discussão de textos de doutrina e de jurisprudência. Dinâmicas de grupo: debates, seminários, análises textuais. Elaboração de trabalhos dentro de sala, com apresentação oral e escrita. Realização de prova com questões objetivas e subjetivas sem consulta à doutrina.

O material de apoio para acompanhamento da matéria será; o datashow, apostilas, exercícios, artigos científicos, filmes, todos utilizados com intuito de facilitar a compreensão da disciplina.

V – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I – NOÇÕES PRELIMINARES

1.1 – Conceito.
1.2 – Origem.
1.3 - Objeto
1.4 – Fontes do Direito Administrativo
1.5 – Evolução do Direito Administrativo
1.6 – Estado, Governo e Administração Pública.
1.7 – Administração Pública.

UNIDADE II – PRINCÍPIOS DO DIREITO ADMINISTRATIVO

2.1 – Conceito
2.2 – Importância dos princípios
2.3 – Supraprincípios do Direito administrativo
2.4 – Princípios Constitucionais do Direito Administrativo
2.4.1 – Principio da Legalidade
2.4.2 – Princípio da Impessoalidade
2.4.3 – Princípio da Moralidade
2.4.4 – Princípio da Publicidade
2.4.5 – Princípio da Eficiência
2.5 – Princípios Infraconstitucionais

UNIDADE III – ORGANIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO
3.1 – Noções
3.2 – Formas de Prestação da Atividade Administrativa
3.3 – Órgãos Públicos
3.4 – Administração Direta.
3.5 – Administração Indireta.
3.6 – Agências Reguladoras.
3.7 – Fundação Pública
3.8 – Agências Executivas
3.9 – Empresas Estatais
3.10 – Entes de Cooperação

UNIDADE IV – ATOS ADMINISTRATIVOS
4.1 – Conceito
4.2 – Ato da Administração e ato administrativo
4.2.1 – Conceito de ato administrativo
4.3 – Vinculação e Discricionariedade
4.4 – Elementos do Ato Administrativo
4.4.1 – Sujeito Competente
4.4.2 – Forma
4.4.3 – Motivo
4.4.4 – Objeto
4.4.5 – Finalidade
4.5 – Atributos do Ato Administrativo
4.6 – Outras Classificações dos atos Administrativos.
4.7 – Espécies de Atos Administrativos.
4.8 – Extinção do ato Administrativo.

UNIDADE V – PODERES DA ADMINISTRAÇÃO
5.1 – Conceito;
5.1.1 – Poder Vinculado e Poder Discricionário
5.1.2 – Poder Regulamentar;
5.1.3 – Poder Hierárquico;
5.1.4 – Poder Disciplinar;
5.1.5 – Poder de Polícia;
5.2 – Poderes e Deveres do Administrador

UNIDADE VI – SERVIÇOS PÚBLICOS
6.1 – Noções Preliminares
6.2 – Titularidade do serviço público
6.3 - Princípios do serviço público
6.4 – Serviços Essenciais
6.5 – Formas de prestação.
6.5.1 – Responsabilidade do prestador de serviços públicos
6.6 – Formas de Remuneração
6.7 – Classificação dos Serviços Públicos.
6.8 – Direitos e Obrigações do usuário.

UNIDADE VII – LICITAÇÃO

7.1 – Conceito e Finalidades
7.2 – Competência para legislar
7.3 – Sujeitos à licitação
7.4 – Contratação Direta (dispensa e Inexigibilidade)
7.5 – Tipos de Licitação
7.6 – Modalidades licitatórias:
7.6.1 – Concorrência
7.6.2 – Tomada de Preços
7.6.3 – Convite
7.6.4 – Concurso
7.6.5 – Leilão
7.6.6 – Consulta
7.6.7 – Pregão
7.7 – Registros de Preço
7.8 – Registros Cadastrais
7.9 – Comissões de Licitação.
7.10 – Procedimentos
7.11 – Regime diferenciado de contratações (RDC)

UNIDADE VIII – CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

8.1 – Conceito
8.2 – Características
8.3 – Cláusulas Necessárias
8.4 – Duração do Contrato
8.5 – Responsabilidades
8.6 – Formas de extinção
8.7 – Sanções
8.8 – Contratos em espécie
8.4.1 – Concessão e permissão de serviço Público

VI - AVALIAÇÃO

O que se pretende com a avaliação é que o aluno gradativamente adquira conhecimentos, atitudes e habilidades necessárias para a formação do profissional – cidadão competente. Para tanto, serão utilizados diferentes instrumentos avaliativos, sem, no entanto, deixar de atender aos parâmetros instituídos pela UNIFAP. Apresentando-se das seguintes formas:

- Frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento);
- Provas escritas individuais e trabalhos individuais, seminários e debates;

Observação: ao final da verificação do processo de aprendizagem, o aluno deverá obter nota igual ou superior a 5 (cinco pontos).

VII – BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALEXANDRINO, Marcelo, PAULO, Vicente. **Direito Administrativo Descomplicado**. rev. 22ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de Direito Administrativo**. 27ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

CUNHA, Dirley, **Curso de Direito Administrativo**. 7ª. Ed. Salvador: Juspodivm, 2009.

DI Pietro, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 27ª Ed. São Paulo: Atlas, 2014.

MARINELA, Fernanda. **Direito Administrativo**. 8º Ed.rev.ampl.atual. Rio de Janeiro: IMPETUS, 2014

GASPARINI, Diógenes. **Direito Administrativo**. 17ª. Ed. São Paulo: Saraiva 2012.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. 39ª. Ed.São Paulo: Malheiros, 2013.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de Direito Administrativo**, 30ª Ed. São Paulo: Malheiros, 2013.

VIII – BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BULOS, Uadi Lammêngo. **Constituição Federal anotada.** 10ª edição, editora Saraiva, São Paulo, 2012.

FERREIRA, Pinto. **Curso de direito constitucional.** 7ª edição. Editora Saraiva, São Paulo, 1995.

GRAU, Eros Roberto. **Licitação e contrato administrativo**. São Paulo: Malheiros, 1995.

LENZA, Pedro. **Direito Constitucional Esquematizado.** 15ª edição. Editora Saraiva, São Paulo, 2011.

MENDES, Gilmar Ferreira. BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de Direito Constitucional**, 8ª Ed.rev. e atual. Editora Saraiva. São Paulo, 2013.

MORAES, Alexandre, **Direito Constitucional**, 26 ªEd. Atlas, São Paulo, 2010.

NOVELINO. Marcelo. **Manual de direito constitucional**. 9ª edição revisada e atualizada. Editora METODO. São Paulo, 2014.

SABBAG, Eduardo de Moraes. **Direito Tributário**. 7ª. Ed. São Paulo: Premier Máxima, 2005.

SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo**. 36ª Ed. São Paulo: Malheiros, 2013.

Assinatura do(a) Professor(a)	**Coordenador(a) do Curso** Coordenador(a) do Curso de Direito Portaria 1278 / 2016 UNIFAP